



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2015

Data: 20.09.2015

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- Não é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **21.09.2015, a partir das 17:00h**, através do site www.prpb.mpf.mp.br, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA OBJETIVA

CONSTITUCIONAL

1) Marque a alternativa CORRETA:

- a) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal apenas o controle concentrado de constitucionalidade, pois o controle difuso cabe aos juízes de primeiro grau.
- b) O direito de greve, assegurado no art. 9º da Constituição Federal, é norma de eficácia limitada, razão pela qual as greves deflagradas no âmbito da Administração Pública são consideradas ilegais por ausência de lei regulamentadora.
- c) Emenda constitucional que preveja a facultatividade do voto é flagrantemente inconstitucional, pois o voto obrigatório é considerada cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.
- d) São privativos de brasileiro nato os cargos de Ministro de Estado da Defesa, de oficial das forças armadas e ministro do Supremo Tribunal Federal.

2) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente ao Ministério Público promover a ação penal pública e a ação civil pública, nos termos da lei.
- b) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação popular.
- c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público Federal pode promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal.
- d) É vedado ao membro do Ministério Público a representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas.

3) Marque a alternativa que está em desarmonia com a Constituição Federal de 1988:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- b) O meio ambiente é bem de uso especial, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- c) Segundo a CF, as ações que perseguem o ressarcimento ao erário são imprescritíveis, isto é, podem ser ajuizadas a qualquer tempo.
- d) são gratuitas para todos as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, ao passo que a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito somente alcançam os reconhecidamente pobres.

4) Marque a alternativa CORRETA:

- a) As esferas federal, estadual e municipal adotam o sistema bicameral no Poder Legislativo.

- b) O Brasil adota como forma de governo a República e como sistema de governo o Presidencialismo.
- c) Compete aos juízes federais julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedades de economia mista forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- d) por expressa previsão constitucional, compete à Justiça Federal julgar contravenções penais, desde que praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.

5) Quanto aos direitos sociais e fundamentais, é correto afirmar:

- a) É de eficácia contida o dispositivo constitucional que garante a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e aviso prévio à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) É absoluto o princípio da irretroatividade da lei penal.
- d) A pena de banimento pode ser excepcionalmente adotada pelo julgador, nos casos previstos na própria Constituição Federal.

PROCESSO CIVIL

6)- De acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- b) O prazo para interpor o recurso de apelação é de 15 dias.
- c) A petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- d) É irrecurável a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conheceu recurso extraordinário em razão da questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.

7- Sobre a Ação de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos termos da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), a ação principal será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- b) A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) não se aplica a pessoas jurídicas, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- c) É vedada a transação, acordo ou conciliação na Ação de Improbidade Administrativa, conforme dispositivo expresso da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
- d) É imprescritível a pretensão de ressarcimento de danos causados ao erário por atos de improbidade administrativa.

8- Considerando a atuação do Ministério Público no Processo Civil como fiscal da lei, é CORRETO afirmar que:

- a) terá vista dos autos sempre antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- b) poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade, desde que tais providências sejam realizadas em benefício de pessoas com incapacidade absoluta.
- c) Não tem legitimidade para interpor recurso de apelação ou de agravo de instrumento.
- d) Nos termos da 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), atuará obrigatoriamente como fiscal da lei se não intervier no processo como parte.

9- Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- b) De acordo com o Código de Processo Civil, não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- c) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada *ultra partes* quando se tratar de interesses ou direitos difusos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que apenas legitimado diverso poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido

citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

PENAL

10) Conforme orientação do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado;
- b) a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica naqueles casos em que se alega autodefesa;
- c) a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas;
- d) não é possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, ainda que estejam presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

11) Assinale a alternativa ERRADA:

- a) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não comete crime consumado, mas só responde pela tentativa;
- b) via de regra, o crime somente pode ser praticado por meio de conduta dolosa. Apenas se admite a forma culposa se houver expressa menção a essa possibilidade no tipo penal;
- c) a coação moral irresistível não afasta a tipicidade da conduta;
- d) segundo a atual norma brasileira, o adolescente de 17 anos não comete crime, ainda que classificado de hediondo.

12) É CORRETO afirmar:

- a) os crimes, cujas penas mínimas não ultrapassarem 1 (um) ano, são julgados pelo Juizado Especial Criminal;
- b) segundo recente orientação do STF, a ação penal privada subsidiária da pública não foi considerada recepcionada pela atual Constituição por ferir o princípio do Promotor Natural;
- c) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos;
- d) nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

13) Julgue as assertivas abaixo e assinale a CORRETA:

- a) indivíduo que se faz passar por auditor fiscal para exigir vantagem indevida de empresário comete crime de concussão, e não de corrupção passiva;

- b) o crime de lavagem de dinheiro somente pode ser atribuído àquele que contribuiu, de alguma forma, para o crime antecedente;
- c) a colaboração premiada, se bem sucedida, pode inclusive afastar a aplicação da pena do beneficiado;
- d) a remessa não declarada de dólares ao exterior somente configura evasão de divisas se os recursos não tiverem origem comprovada.

14) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) nos termos do Decreto-Lei 201/67, a omissão em prestar contas constitui crime de responsabilidade de prefeito, sujeito a julgamento pelo Judiciário após pronunciamento da Câmara dos Vereadores;
- b) é crime a dispensa indevida de licitação, todavia a lei não prevê pena para o particular contratado diretamente pelo Poder Público;
- c) segundo entendimento do STJ, o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada. Durante o prazo de suspensão, se decorrido o prazo prescricional com base na pena máxima em abstrato para o crime e se o réu não atender ao chamado da Justiça, o feito poderá ser imediatamente extinto;
- d) caracterizado o crime de moeda falsa, o fato será necessariamente julgado pela Justiça Federal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

15– No tocante à investigação criminal, à Ação Penal e à Denúncia, qual das afirmativas abaixo está correta?

- A – Na esteira da jurisprudência do STF, admite-se a prática do arquivamento implícito;
- B – De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, aplica-se a denominada teoria da dupla imputação aos crimes previstos na Lei n. 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais)
- C – Se o juiz discordar da manifestação do MPF pela incompetência material do Juízo, ter-se-á a hipótese do arquivamento indireto.
- D – O princípio da indivisibilidade incide tanto na Ação Penal Pública quanto na Ação Penal Privada, de acordo com a jurisprudência do STF;

16 – No que se refere às prisões, medidas cautelares diversas e liberdade provisória, assinale a afirmativa incorreta:

- A – Segundo o STJ, o Juiz pode converter *ex officio* a prisão em flagrante em prisão preventiva;
- B – Será cabível medida cautelar diversa em crime cuja pena cominada seja privativa de liberdade, independentemente do *quantum* mínimo.

- C – Não é admitida prisão preventiva, em qualquer hipótese, caso a pena privativa de liberdade cominada ao crime seja inferior a 04 anos;
- D – A prisão temporária é admitida apenas em relação aos crimes taxativamente previstos na Lei que a instituiu;

17 – Qual das hipóteses abaixo não retrata situação de crime de competência federal?

- A - Troca, entre duas pessoas residentes em João Pessoa, por intermédio do aplicativo *whatsapp*, de imagens e vídeos com conteúdo de pedofilia;
- B – Apresentação de documento de órgão estadual falsificado a um Policial Rodoviário Federal;
- C - Assalto a agência comunitária dos Correios;
- D – Contravenção penal praticada por Juiz Federal;

18 – A respeito do procedimento penal assinale a afirmativa correta:

- A – De acordo com o STJ, aplica-se a regra do art. 514, CPP (manifestação prévia) ao crime praticado por funcionário público mesmo se a investigação estiver amparada em Inquérito Policial;
- B – Segundo o STJ, no procedimento comum ordinário, o recebimento da Denúncia deve ocorrer após a resposta à acusação e antes da análise de eventual absolvição sumária;
- C – O interrogatório do réu é o primeiro ato de instrução a se realizar no procedimento comum;
- D – Embora não haja previsão no CPP, a jurisprudência admite a réplica do MP às questões preliminares suscitadas em resposta à acusação, em face do princípio do contraditório.

19 - Acerca dos recursos e do *Habeas Corpus*, assinale a afirmativa falsa:

- A – O prazo para interposição de Apelação e Recurso em Sentido Estrito é o mesmo.
- B – Admite-se, excepcionalmente, *Habeas Corpus* em favor de pessoa jurídica, tratando-se de crime ambiental;
- C – É cabível Recurso em Sentido Estrito contra decisão que rejeita a Denúncia;

D – O prazo para oposição de Embargos de Declaração é, em regra, de 02 dias, mas há hipóteses nas quais o prazo será de 05 dias.

AMBIENTAL

20. Em face das fontes e dos princípios de direito ambiental, assinale a alternativa verdadeira:

- (a) A Lei da Ação Civil Pública (L. 7.347/85) restou superada pelo novo Código Florestal (L. 12.651/2012) como fonte de Direito Ambiental.
- (b) A doutrina majoritária em direito ambiental assinala distinções entre os princípios da prevenção e da precaução.
- (c) Como consequência do princípio do poluidor-pagador, o interessado adquire o direito de poluidor mediante o pagamento integral de despesas com a prevenção e a reparação dos danos ambientais.
- (d) O princípio da defesa do meio ambiente vai de encontro aos princípios gerais da atividade econômica, tendo em vista serem idéias estanques.

21. Considerando o tratamento dado pela constituição federal ao meio ambiente, assinale a alternativa falsa:

- (a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (c) É da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar tanto sobre proteção do meio ambiente, quanto sobre controle da poluição.
- (d) Não se insere, no âmbito da competência concorrente, a matéria atinente a responsabilidade por dano ao meio ambiente.

22. Em função das normas que regem o licenciamento e a responsabilidade em matéria ambiental, avalie as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta:

I - Os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por, no mínimo, dois entes federativos.

II - A licença de instalação somente pode ser deferida se já houver sido concedida a licença de operação.

III - Multa, apreensão de animais, destruição de produto e demolição de obra são exemplos de sanções administrativas que podem ser aplicadas pelos órgãos ambientais.

IV - É admissível o ajuizamento de ação penal por crime ambiental contra pessoa jurídica de direito privado, desde que a denúncia seja oferecida perante a Justiça Estadual.

- (a) Apenas uma afirmativa é verdadeira.
- (b) Duas afirmativas são verdadeiras.
- (c) Três afirmativas são verdadeiras.

(d) Todas as afirmativas são falsas.

ELEITORAL

23- Assinale a alternativa ERRADA

Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

- a) de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
- b) de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- c) de um juiz federal
- d) de um Promotor de Justiça, indicado pelo Procurador Geral de Justiça

24- Assinale a alternativa ERRADA

São crimes eleitorais:

- a) votar com camisa da cor do partido
- b) Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem;
- c) Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita;
- d) Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos:

25- Assinale a alternativa CORRETA

- a) A legitimidade ativa para propor a AIME é somente do Ministério Público
- b) A ação de impugnação de mandato eletivo é uma ação eleitoral, prevista na Constituição Federal, que tem por objetivo impugnar o mandato obtido com abuso de poder econômico, corrupção ou fraude
- c) o prazo para propor a AIME é de quinze dias contados da eleição
- d) A AIME somete poderá ser proposta perante o TSE.

26- Assinale a alternativa CORRETA

São atribuições do Ministério Público Eleitoral

- a) nomear os membros das zonas eleitorais
- b) presidir o inquérito para apuração de crimes eleitorais;
- c) ajuizar representação eleitoral com fundamento em propaganda eleitoral antes do período permitido por lei.
- d) cobrar o pagamento das multas eleitorais

DIREITO ADMINISTRATIVO

27) Assinale a alternativa **ERRADA**

- a) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens imóveis da administração ou de produtos ilegalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens
- b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

28) Assinale a alternativa **ERRADA**

Permissão de uso de bem público é:

- a) Ato negocial, unilateral, discricionário e precário;
- b) Gera direitos subjetivos defensáveis pelas vias judiciais, inclusive ações possessórias;
- c) Depende de concorrência;
- d) A utilização do bem público deve ser de interesse da coletividade.

29) Assinale a alternativa **ERRADA**

Os elementos essenciais à formação do ato administrativo são:

- a) competência
- b) finalidade
- c) forma
- d) publicidade

30) Assinale a alternativa **ERRADA**

São espécies de Agentes Públicos:

- a) Agentes permissionários
- a) Agentes Políticos:
- b) Agentes Administrativos:
- c) Agentes delegados

PROVA SUBJETIVA

CASO PRÁTICO – Apresente a solução jurídica para o seguinte caso: - máximo de 70 (setenta linhas) -

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO** celebrou com o **Ministério da Saúde (MS)**, o **Convênio 4040/2010**, tendo por finalidade a ampliação do Centro de Saúde. Os recursos federais eram da ordem de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**. O prefeito do município era **JOSÉ MARIA DE SOUZA**, entre **março de 2008 e junho de 2012**.

Foi apresentado projeto técnico das obras, que previa a construção de duas salas, consultórios e banheiros. A área abrangida pela ampliação, conforme memorial descritivo, era de 300 m².

Em vistoria *in loco*, a auditoria do Ministério da Saúde constatou que Centro de Saúde tinha a dimensão de 300m², caracterizando assim reforma, e não ampliação da área. Por conseguinte, a execução do projeto teve caráter diverso do que foi conveniado.

Em dezembro de 2012 o prefeito prestou contas informando que foi realizada uma “*ampliação*” da área em 300 m². As contas foram, assim, prestadas falsamente ao Ministério da Saúde.

Também foi constatado pela auditoria que foi efetuado pagamentos superiores ao serviço executado, para a empresa contratada, **MARACUTAIA ENGENHARIA CIVIL LTDA**, de responsabilidade de **JOSÉ TRAMBIQUE DA SILVA**. Este atestou falsamente a conclusão completa dos serviços, o que pode ser verificado nos boletins de medição, recibos, cópias de cheques e notas fiscais de serviços.

DISSERTAÇÃO -máximo de 30 (trinta) linhas -

1- Toda corrupção deixa contas a pagar, que serão pagas com tributos. O padre Antônio Vieira (em 1.600) já associava corrupção e crise fiscal, e crise fiscal com arrocho fiscal. Para pagar a conta da corrupção, dizia este extraordinário observador político: *“Desfazia-se o povo em tributos, em imposições e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas (que até à humildade deste nome se sujeitava a necessidade ou se abatia a cobiça), e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Por quê? – Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava”*
O que se pode fazer para combater a corrupção?

2- Culpabilidade: A) Imputabilidade (Causas que Excluem a Imputabilidade; Critérios de Aferição da Inimputabilidade); B) Potencial Consciência da Ilícitude (Erro de Proibição); C) Exigibilidade de Conduta Diversa (Causas que Levam à Exclusão da Exigibilidade de Conduta Diversa).